



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca
de Concórdia

Travessa Silvio Roman, 45 - Bairro: Salete - CEP: 89700-316 - Fone: (49)3521-8687 - www.tjsc.jus.br - Email: concordia.falencia@tjsc.jus.br

TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE Nº 5009149-92.2024.8.24.0019/SC

REQUERENTE: NELSON LEOPOLDO KUNZLER JUNIOR

REQUERENTE: GIOVANA XAVIER BAPTISTA KUNZLER

REQUERENTE: NELSON LEOPOLDO KUNZLER

REQUERENTE: IVONE KUNZLER

DESPACHO/DECISÃO

Tratava-se de tutela cautelar antecedente ajuizada por NELSON LEOPOLDO KUNZLER JUNIOR, em data de 30 de agosto de 2024, com fundamento na Lei 11.101/2005 (evento 1, INIC1).

À exordial, o Requerente narra, em resumo, que iniciou suas operações em 1973, sob a gestão de seu genitor, no ramo de suinocultura. Em 1999, o Requerente assumiu o comando das operações, sendo estabelecida parceria com o Frigorífico Pamplona, em Rio do Sul-SC, com objetivo de ampliar suas operações, alcançando a produção anual de 11.500 suínos. Entretanto, devido a crise financeira do Frigorífico Pamplona, em 2008, o Requerente optou por encerrar sua parceria.

Posteriormente, em 2014, o Requerente firmou uma parceria estratégica com a Cooper Amauc. Nesse período, a BRF adquiriu 156.000 suínos por ano, sendo o requerente responsável por 40% da produção total, que durou até 2017, quando a BRF decidiu rescindir o contrato existente com a Cooper Amauc.

A vista disso, a Cooper Amauc firmou um novo contrato com o Grupo Agro Dalla Costa, comprometendo-se a entregar 182.000 suínos por ano, sendo o Requerente responsável por 60% da produção total.

Em 2020, o Requerente operava com aproximadamente 4.000 matrizes. No ano seguinte, houve uma expansão do plantel em cerca de 50%, o que exigiu a modernização da fábrica de ração e a construção de novas instalações.

Em suas razões da crise, alega que desde 2021, o preço de venda dos suínos não acompanhou o aumento dos custos de produção, especialmente devido ao aumento no custo dos insumos. Esse descompasso resultou no encerramento das atividades de muitos produtores e indústrias ligadas à suinocultura. A própria Cooper Amauc, principal veículo de comercialização da produção do Requerente, ajuizou pedido de Recuperação Judicial (autos nº 5013068-26.2023.8.24.00190).

Para tentar solucionar a crise, o Requerente construiu uma granja com capacidade para 1.500 matrizes em Terra Vermelha, dando em garantia a matrícula 17.685, no valor de R\$ 5.927.964,78, sob o contrato C03324979-9 com a Sicredi. Para tanto, ampliou suas instalações e adquiriu maquinários.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concórdia

No entanto, a crise das commodities não obteve melhora. Em razão da falta de pagamentos dos contratos, ensejou na notificação extrajudicial do CRI de Concórdia para regularização do pagamento. Argumenta que, não sendo pago o valor de R\$ 921.327,22 resultará na consolidação da propriedade rural alienada fiduciariamente. a perda da propriedade resultaria na paralisação das atividades.

Assim, requereu *"com fundamento no disposto no art. 6º, §12, e art. 20-B, §1º, ambos da LFRE e nos arts. 300, 305 e seguintes do CPC, requer-se, digne Vossa Excelência em receber esta tutela e, ato contínuo, de conceder, liminarmente e inaudita altera parte, a tutela cautelar em caráter antecedente, para determinar a suspensão todas as ações, execuções e em especial, a suspensão da consolidação da propriedade do imóvel registrado na matrícula 32.601 perante o 1º registro de imóveis de concórdia/sc em favor da sicredi, pelo prazo de 30 (trinta) dias, até que o Requerente ajuíze o competente pedido principal de Recuperação Judicial"*.

Em análise dos autos, verificou-se a necessidade de emenda da inicial (evento 8, DESPADEC1).

No evento 12, PED LIMINAR/ANT TUTE1, em 25/09/2024, a requerente apresentou pedido de recuperação judicial com requerimento de tutela de urgência, incluindo GIOVANA XAVIER BAPTISTA KUNZLER, IVONE KUNZLER e NELSON LEOPOLDO KUNZLER no polo ativo da demanda.

Foi determinada a emenda da inicial com o pagamento das custas iniciais conforme valor readequado no evento 12 (evento 14, DESPADEC1).

As partes requerentes cumpriram com o determinado (evento 32, PET1 e evento 34, CUSTAS1), sendo que foi verificada novamente a necessidade de emenda para complementação da documentação apresentada (evento 35, DESPADEC1).

No evento 44, PED LIMINAR/ANT TUTE2 as partes requerentes emendaram a inicial e formularam pedido liminar de tutela de urgência para suspensão dos atos de consolidação extrajudicial pelo credor fiduciário SICREDI da sua propriedade rural.

É o breve relatório.

DECIDO.

I - DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

É cediço que no ordenamento jurídico brasileiro, o deferimento do processamento da recuperação judicial marca o início do prazo das medidas de blindagem ao devedor previstas nos incisos do art. 6º e no art. 52, inciso III da Lei n.º 11.101/2005.

A rigor, é possível compreender que a primeira medida cautelar típica é aquela que prevê a antecipação dos efeitos do *stay period* mediante tutela cautelar incidental, no bojo da ação recuperacional já requerida, a vigor justamente entre o pedido da recuperação e



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

**Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca
de Concórdia**

o deferimento de seu processamento, vindo prevista ao art. 6º, §12º, da Lei 11.105/2005:

"Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020)

II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020)

III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

[...]

§ 12. Observado o disposto no art. 300 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial."

Já a segunda é aquela prevista ao art. 20-B, IV, §1º, da Lei nº 11.101/2005, que estabelece a faculdade da concessão da tutela de urgência cautelar para suspensão das execuções contra a empresa pelo prazo de 60 (sessenta) dias para tentativa de composição com seus credores, em procedimento de mediação ou conciliação já instaurado no CEJUSC ou da câmara especializada:

"Art. 20-B. Serão admitidas conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial, notadamente:

[...]

IV - na hipótese de negociação de dívidas e respectivas formas de pagamento entre a empresa em dificuldade e seus credores, em caráter antecedente ao ajuizamento de pedido de recuperação judicial.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo, será facultado às empresas em dificuldade que preencham os requisitos legais para requerer recuperação judicial obter tutela de urgência cautelar, nos termos do art. 305 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de que sejam suspensas as execuções contra elas propostas pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, para tentativa de composição com seus credores, em procedimento de mediação ou conciliação já instaurado perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do tribunal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

**Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca
de Concórdia**

competente ou da câmara especializada, observados, no que couber, os arts. 16 e 17 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020)"

No caso dos autos, trata-se, em verdade, de pleito de antecipação dos efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial, posto que a própria parte autora fundamenta seu pleito no art. 6º, § 12, III, da Lei n.º 11.101/2005 (evento 44, PED LIMINAR/ANT TUTE2, pág. 11).

A medida escolhida pela parte requerente, fundamentada nos requisitos da tutela de urgência em caráter incidental (art. 300 e seguintes do CPC), busca a antecipação dos efeitos do conhecido *stay period* (§ 12 do art. 6º da Lei n. 11.101/2005) próprio das demandas recuperacionais.

As inovações que a vigência da Lei n. 14.212/2020 trouxeram a já conhecida Lei de Recuperação Judicial e Falência (Lei n. 11.101/2005), apresentam tal medida como digna de deferimento nos processos efetivamente recuperacionais, indicando a doutrina o momento correto para isso: quando pendente o relatório de constatação prévia, situação que vincula as propensas recuperandas a fiscalização do juízo.

Colhe-se lição da doutrina:

*A lei 11101 de 2005, art. 6º, §12º estabelece que o magistrado, quando respeitado o contido no CPC /2015 art. 300, **poderá deferir tutela de urgência para antecipar, total ou parcialmente os efeitos do processamento da recuperação judicial. Esse expediente poderá ser utilizado quando da determinação da constatação prévia para conceder proteção ao devedor enquanto é feita a aferição do cumprimento dos requisitos legais para deferimento definitivo do processamento ou o indeferimento da inicial.** Essa disposição legal é de essencial importância para a proteção das empresas que buscam em juízo a recuperação judicial. Isto porque o simples protocolo do pedido acarreta em uma verdadeira corrida ao ouro, com o ajuizamento de ações pelos credores em busca de seus direitos, antes de juízo conceder a suspensão prevista na lei 11.101/2005, art. 6º, § 4º. **Ao possibilitar a suspensão antes mesmo de ser deferido o processamento da recuperação judicial a lei protege a devedora e assegura ao juízo a tranquilidade de não colocar em processamento recuperação judicial de empresa cuja situação esteja irregular.** (Comentários a lei de recuperação de empresas e falência: lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005/ Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo – Curitiba: Juruá, 2021, pg. 72) – sem grifos no original.*

Desse modo, a pretensão da parte autora está vinculada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos ao art. 300 do CPC, quais sejam, probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, além do cumprimento dos requisitos da lei específica, não só, mas principalmente, aqueles dispostos aos artigos 48 e 51 da Lei n.º 11.101/2005.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concórdia

Constato que o *periculum in mora* encontra-se presente, diante da notícia de que o imóvel a ser consolidado é essencial para a manutenção das atividades da empresa, sendo que o prazo de 15 dias concedido na notificação do Cartório para consolidação extrajudicial findou em 12/10/2024 (evento 44, NOT21).

Quanto ao *fumus boni iuris*, a Requerente invocou, além do § 12, do art. 6º, da LRJF, o fato de a empresa cumprir os requisitos trazidos pela Lei Recuperacional. Analisando os autos, constato, em sede preliminar, que as autoras preenchem os requisitos previstos no art. 48 da LRJF, o que indica possuir as condições exigidas para figurar como Requerente no processo de recuperação judicial.

In casu, as partes trouxeram aos autos informação de que estão na iminência de ter consolidada a sua propriedade rural, local onde concentram a principal parte da sua produção.

Conforme explanaram, em 27/09/2024, receberam notificação extrajudicial promovida pela Cooperativa de Crédito Sicredi Uniestados, para pagamento de dívida vinculada à Cédula de Crédito Bancária n. 33321207-6, sob pena de consolidação do imóvel, que está alienado fiduciariamente para o referido credor, (matrícula 32.601 do 1º Registro de Imóveis de Concórdia/SC) nos termos da Lei n. 9.514/97.

Considerando que o imóvel em questão é a propriedade rural da família, onde se concentra a sua principal operação, a criação de suínos, e que a perda da propriedade resultaria na paralisação das atividades, requereram de forma liminar a suspensão da consolidação de propriedade do imóvel, tendo em vista tratar-se de bem essencial para a manutenção das atividades.

Nesse ponto, em que pese não haver pedido expresso de declaração de essencialidade deste bem, oportuno trazer que a análise pelo Juízo quanto a essencialidade dos bens na recuperação judicial somente é possível após a decisão que defere o seu processamento, decisão que ainda não foi proferida nestes autos, em razão da ora determinação de constatação prévia.

Diante disso, caso seja hipótese de deferimento do processamento da recuperação judicial, a essencialidade do bem será analisada em momento oportuno.

No que tange à necessidade de suspensão da consolidação da propriedade do imóvel registrado na matrícula n. 32.601 do 1º Registro de Imóveis de Concórdia/SC, diante das informações trazidas pela requerente, entendo por atuar com cautela e prudência, características deste juízo, marca indelével desta magistrada, pautada na segurança jurídica que deve nortear as demandas judiciais.

Sendo assim, por medida de cautela, **DETERMINO A SUSPENSÃO** da consolidação da propriedade dos referidos imóveis.

Informo ainda que após, com a conclusão do laudo de constatação prévia, tal suspensão poderá ser revista.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concórdia

Por fim, considerando que a presente decisão foi proferida em sigilo temporário até a realização da constatação prévia, **DETERMINO** ao cartório judicial para que **OFICIE** a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Uniao de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - SICREDI UNIESTADOS, **com urgência**, para que proceda à suspensão dos atos de consolidação da propriedade do bem indicado na inicial, até nova determinação deste juízo acerca do tema.

II - DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA

Expostas na inicial as razões da crise econômico-financeira e as causas concretas da situação patrimonial das autoras, em conformidade com o art. 51, I, da LRJF, sem prejuízo de determinação de emenda, passo ao exame preliminar do processamento da recuperação judicial.

Isso porque, a análise da viabilidade econômica da empresa será realizada pelos seus credores, após a apresentação do plano de soerguimento pelo autor, caso deferido o processamento da demanda.

Conforme estipulado pelo artigo 52, da LRJF, a decisão de deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial possui caráter vinculado. Dessa forma, não compete ao magistrado indeferir o pedido quando toda a documentação exigida pelo artigo 51 da referida lei estiver presente. Tal apreciação se restringe a aspectos formais, não envolvendo mérito decisório e, portanto, é insuscetível de recurso, conforme estabelecido na Súmula 264 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Nesse sentido, o processamento da recuperação judicial impacta as pessoas e o funcionamento da própria economia, uma vez que impede os credores de exercerem livremente seus direitos creditórios contra a devedora.

Nesse sentido, Fábio Ulhôa Coelho opina:

Para mim, esse efeito do simples protocolamento do pedido de recuperação judicial é altamente criticável, propiciar o uso indevido do instituto. Graças à sistemática engendrada pelo legislador, qualquer sociedade devedora, mesmo que não tenha ainda obtido o benefício da recuperação, consegue obstruir a regular tramitação dos pedidos de falência ajuizados por seus credores. Quando a intenção é unicamente retardar o cumprimento das obrigações passivas, a previsão legal da suspensão do pedido de falência pelo simples ajuizamento da recuperação judicial presta-se à concretização da fraude. (COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de Direito Comercial, vol. 3: - Direito de Empresa. 17ª ed., revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 385)

É certo que cabe ao próprio devedor avaliar a situação da empresa no sentido de ter ou não condições de recuperar sua situação econômico-financeira, como, aliás, lembra Ricardo Tepedino, em Comentários à Lei de Recuperação de Empresas, 3ªed., editora



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

**Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca
de Concórdia**

Saraiva, 2009, p. 341.

Todavia, o juiz não pode ser um mero “chancelador” da vontade das partes¹ (Agravo de Instrumento 0136362-29.2011.8.26.0000 – TJSP – Câmara Especializada Recuperações Judiciais e Falências – Rel. Des. Pereira Calças – Banco Itaú BBA S S/A X Cerâmica Gytoku Ltda. – J. 28.02.2012.).

Ademais, é da lição desse mesmo autor que “o juiz não é um técnico em contabilidade e não conta com a necessária assessoria técnica que lhe permita uma eficaz análise dos documentos contábeis apresentados” (Lei de recuperação de empresas e falência: Lei n. 11.101/2005: comentada artigo por artigo, 11ª ed, RT 2016, citada na decisão proferida nos autos n. 1069420-76.2017.8.26.0100, ps. 3446/3450, do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP).

Assim, conforme entendimento adotado nesta unidade jurisdicional, para que haja mais segurança da própria convicção do juízo e, inclusive acerca de eventuais e futuros assuntos contravertidos entre as sociedades empresárias devedoras e seus credores, denota-se necessária a realização de constatação prévia nos respectivos autos, a fim de determinar as reais condições de funcionamento das empresas e a regularidade das documentações apresentadas, nos termos do que dispõe o artigo 51-A da Lei n.º 11.101/2005, incluído recentemente pela Lei n.º 14.112/2020, nos seguintes termos:

Art. 51-A. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, poderá o juiz, quando reputar necessário, nomear profissional de sua confiança, com capacidade técnica e idoneidade, para promover a constatação exclusivamente das reais condições de funcionamento da requerente e da regularidade e da completude da documentação apresentada com a petição inicial.

§ 1º A remuneração do profissional de que trata o caput deste artigo deverá ser arbitrada posteriormente à apresentação do laudo e deverá considerar a complexidade do trabalho desenvolvido.

§ 2º O juiz deverá conceder o prazo máximo de 5 (cinco) dias para que o profissional nomeado apresente laudo de constatação das reais condições de funcionamento do devedor e da regularidade documental.

§ 3º A constatação prévia será determinada sem que seja ouvida a outra parte e sem apresentação de quesitos por qualquer das partes, com a possibilidade de o juiz determinar a realização da diligência sem a prévia ciência do devedor, quando entender que esta poderá frustrar os seus objetivos.

§ 4º O devedor será intimado do resultado da constatação prévia concomitantemente à sua intimação da decisão que deferir ou indeferir o processamento da recuperação judicial, ou que determinar a emenda da petição inicial, e poderá impugná-la mediante interposição do recurso cabível.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concórdia

§ 5º A constatação prévia consistirá, objetivamente, na verificação das reais condições de funcionamento da empresa e da regularidade documental, vedado o indeferimento do processamento da recuperação judicial baseado na análise de viabilidade econômica do devedor.

§ 6º Caso a constatação prévia detecte indícios contundentes de utilização fraudulenta da ação de recuperação judicial, o juiz poderá indeferir a petição inicial, sem prejuízo de oficiar ao Ministério Público para tomada das providências criminais eventualmente cabíveis.

§ 7º Caso a constatação prévia demonstre que o principal estabelecimento do devedor não se situa na área de competência do juízo, o juiz deverá determinar a remessa dos autos, com urgência, ao juízo competente.

Sobre o tema, mesmo antes da recente previsão normativa, colhe-se da jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo:

Em relação à afirmação atinente à falta de apresentação de documentos essenciais na propositura do pedido de recuperação judicial, deve ser esclarecido que foi realizada perícia prévia pela Administradora Judicial Price Water House Coopers Assessoria Empresarial Ltda. justamente para que fosse examinado o acervo documental apresentado, que fundava o pedido de soerguimento. A Administradora Judicial, conforme esclareceu na contraminuta, realizou trabalho exaustivo e confirmou a apresentação de parte substancial dos documentos necessários ao ajuizamento do pedido. Em relação aos documentos faltantes, que foram apontados no relatório da Administradora, as recuperadas os apresentaram posteriormente (fls. 45.718/46.183 dos autos principais). Assim, neste quadro, não há razão e tampouco fundamento legal que leve à determinação de complementação da perícia prévia. Na fase postulatória da recuperação judicial, cumpre dizer, não se perquire a respeito da viabilidade econômica da empresa. Há apenas a verificação dos requisitos formais presentes na Lei nº 11.101/2005, exatamente como ocorreu nos autos. [...] Ausentes ou supridos os vícios, o juiz determinará o processamento da recuperação. Trata-se de decisão de caráter objetivo acerca do preenchimento dos requisitos legais, não cabendo ao juiz verificar a viabilidade ou não da recuperação. Reitere-se, porém, que tal ato não representa a concessão da recuperação, mas apenas a efetiva instauração do processo, cujo trâmite irá produzir uma série de feitos para que o devedor possa negociar e firmar o acordo com seus credores” (Curso de Direito Empresarial, vol. III, 6ª ed., p. 118, gn). (TJSP. Agravo de Instrumento nº 2048484-2.2017.8.26.0000 - Voto nº 13.324 17. Relator: Alexandre Marcondes. 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, j. 15/05/2018).

Deve-se ressaltar que a antiga nomenclatura utilizada como “perícia prévia”, não comporta de forma mais consentânea esse procedimento que, na verdade, trata, sim, de uma “constatação prévia” com relação às recuperações judiciais, nos termos, inclusive, do que dispõe a recente previsão legislativa.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concórdia

Como visto, uma aplicação errônea do dispositivo legal do sistema de recuperação judicial, gera prejuízos sociais graves, seja pelo encerramento de atividades viáveis e benefícios econômicos e sociais que ela poderia gerar, seja pela continuidade do funcionamento de empresas inviáveis e que não podem mais gerar tais benefícios.

Isso porque uma mera análise documental não permite a aferição da realidade da atividade sobre a qual se pretende o soerguimento. E mesmo que a análise da viabilidade econômica seja de titularidade dos credores da parte autora, ao Poder Judiciário compete garantir a plena e esmerada aplicação do arcabouço jurídico do sistema de insolvência, além de garantir a transparência irrestrita sobre a empresa, para evitar quadro de assimetria informacional e eventual vício de consentimento, tudo em consonância com o princípio 9 (participação efetiva dos credores) constante do relatório do Senador Ramez Tebet no PLC 71/2003 que resultou na Lei 11.101/2005.

Não se busca, evidentemente, uma análise exauriente e aprofundada da empresa, mas tão somente uma verificação sumária da correspondência mínima existente entre os dados apresentados pela devedora e a sua realidade fática. Deferido o processamento, caberá aos credores decidir sobre a conveniência do plano de recuperação a ser apresentado pela devedora. Nesse primeiro momento, repita-se, busca-se apenas e tão somente conferir a regularidade material da documentação apresentada pela devedora, a colheita de dados preliminares sobre sua situação e a verificação de sua efetiva existência no mercado.

Não dispondo a Vara de equipe técnica multidisciplinar para análise da adequação da documentação juntada pela empresa devedora, se faz necessária a nomeação de perito para realização de avaliação prévia e urgente, a fim de fornecer elementos suficientes para que o juízo decida sobre o deferimento do processamento do pedido, com todas as importantes consequências decorrentes de tal decisão.

É exatamente o caso dos autos.

O profissional a ser nomeado para realizar a diligência detém a expertise técnica necessária para avaliar a documentação especializada, fazer a verificação in loco sobre a atividade e já colher informações que serão úteis não só para a decisão de deferimento ou não de processamento, mas, em caso de concessão do provimento jurisdicional pretendido, obter informações relevantes no interesse dos credores e do processo.

Diante do exposto, antes de decidir sobre o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial, determino a realização de constatação prévia para aferição da real situação de funcionamento da empresa, devendo o laudo apreciar, dentre outros elementos que o expert entender cabíveis, todos aqueles enumerados nos parágrafos 5º a 7º do art. 51-A da Lei 11.101/2005, além do passivo fiscal da parte autora.

Em razão do exposto:

1) NOMEIO para realização desse trabalho técnico preliminar, nos termos do artigo 51-A da Lei n.º 11.101/2005, "**RLG ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**", inscrita no CNPJ sob o n. 47.433.067/0001-83, com endereço profissional na Av. Angélica, 2503, Ed.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concórdia

Higenópolis Offices Tower – Sala 138, Bela Vista, 01227-200 - São Paulo/SP (SEDE); Av. Miguel Sutil, 8000, Ed. Santa Rosa Tower – Sala 1407, Jd. Mariana – 78040-400 - Cuiabá/MT (Unidade); e-mail contato@rlg-aj.com.br, representada por Frederico Rezende, advogado; Alexandre Leite, advogado, que deverá ser intimado por meio eletrônico para, em aceitando o encargo, iniciar imediatamente os trabalhos;

2) O laudo de constatação prévia **DEVERÁ** conter a análise dos documentos acostados aos autos; os requisitos para a consolidação substancial, bem como a inspeção ou constatação das reais condições de funcionamento das empresas requerentes, dentre outros elementos que o expert entender cabíveis, além daqueles enumerados nos parágrafos 5º a 7º do art. 51-A da Lei 11.101/2005, além do passivo fiscal da parte autora.

3) A fixação dos honorários para realização da constatação prévia, será feita após a entrega do laudo, considerada a complexidade do trabalho desenvolvido e serão arcados pela requerente;

4) A constatação **DEVERÁ** ser concluída no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 51-A, parágrafo 2º, da Lei 11.101/2005;

5) Nos termos do artigo 51-A, parágrafos 3º e 4º, da Lei 11.101/2005, a publicidade da presente decisão será relegada posteriormente a realização da constatação prévia. Portanto, **DETERMINO o cumprimento da medida em sigilo, dispensada ao AJ a necessidade de agendamento com a requerente para a realização da constatação;**

5.1) Após, esgotado o prazo de 5 dias, **DETERMINO** ao Cartório Judicial para que proceda a publicização;

6) **INTIME-SE** o perito nomeado, com urgência, por meio eletrônico.

INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

Documento eletrônico assinado por **ALINE MENDES DE GODOY, Juíza de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310066673248v17** e do código CRC **325e318f**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): ALINE MENDES DE GODOY

Data e Hora: 14/10/2024, às 17:15:11

5009149-92.2024.8.24.0019

310066673248.V17